

Resenha de: Ratuva, Steven, Radomir Compel, e Sergio Aguilar, 2019 (Orgs). *Guns & Roses: Comparative Civil-Military Relations in the Changing Security Environment*. Singapore: Springer Singapore, <https://doi.org/10.1007/978-981-13-2008-8>.

TAMIRIS PEREIRA DOS SANTOS

Temática sensível e passível de navegação desde a área da sociologia até áreas mais específicas das relações internacionais, ou mesmo tangentes aos estudos estratégicos e às ciências militares, as relações civil-militares congregam a coexistência nem sempre harmônica e as particularidades de dois *ethos* que protagonizam em maior ou menor grau o ambiente de segurança em seus mais diversos níveis. Isto já se faz sumarizado pelos autores no próprio título da obra que, dividida em quatro partes, apresenta vinte textos representando diversos recortes das relações civil-militares, com o objetivo de apresentar os principais desafios destas relações em diferentes regiões do globo à luz das mudanças no contexto de segurança internacional. Tais mudanças são permeadas não apenas pelas questões políticas contemporâneas, mas pela própria complexidade do sistema internacional, favorecida pela emergência de atores não-estatais, pelo ambiente multidomínio — em que os conflitos podem se desdobrar — e no próprio aumento da letalidade dos sistemas de armamentos contemporâneos. Aliando tais questões às dinâmicas domésticas diversas, inseridas em contextos políticos, sociais e econômicos sujeitos a transições de métrica particular e paralelas às do próprio sistema internacional, tem-se o desenho do pano de fundo no qual a obra se apoia e de se desdobra.

A primeira parte do livro reúne debates a respeito do engajamento civil-militar e seus dilemas e desafios para a cooperação, abrangendo do capítulo 2 até o capítulo 7. Passando de um escopo mais abrangente, compreendendo sociologia militar, transformações no modo como os militares socializam e vários outros pontos desde a imagem que estes possuem na sociedade até questões econômicas e mais específicas, como institucionalização e privatização, o capítulo de abertura traz uma visão panorâmica de diversos pontos que serão debatidos ao longo da obra — não necessariamente restringindo-se ao eixo temático da primeira parte. A questão do alinhamento político dos militares emerge logo neste capítulo e é resgata-

Tamiris Pereira dos Santos — Pós-doutoranda no Programa de Pós Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com bolsa pelo Procad Defesa — CAPES, Projeto ASTROS. Doutora em Estudos Estratégicos Internacionais e Mestre em Ciências para Integração da América Latina.

da pelos autores ao final, evidenciando uma tendência à permeabilidade da política e das ideologias no meio militar, em contraposição ao estereótipo do militar profissional preconizado por diversos autores, como De Gaulle (1996), Huntington (1996) e tantos outros. Esta ruptura entre o que se pode intitular como militar “tipo ideal” — emprestando o conceito weberiano — e o militar que se alinha política e ideologicamente traz mais elementos passíveis de análise na já dicotômica relação civil-militar.

Seguindo a esteira das discussões tratadas pelo capítulo 2, o capítulo 3, trazendo como estudo de caso o Egito, coloca em questão o conceito de democratização vis-à-vis o conceito de autoritarismo, revelando como se dão as relações no limiar formado entre esses. O capítulo 4, com um olhar mais teórico, busca no caso francês a inspiração para problematizar e expandir a agenda preconizada por Feaver (2003), a qual consiste na análise das relações civil-militares por meio do modelo de agências. O capítulo 5, trazendo o caso de Bangladesh, busca desvendar nuances por trás da questão cultural, da deficiência de aparato institucional, desafiando algumas premissas de teorias sobre relações civil-militares vigentes sobre a região. O capítulo 6 traz um panorama dos produtos do processo de democratização da África do Sul, centrando-se no governo Zuma e nos impactos para a relações civil-militares no país. Por fim, o capítulo 7 contempla a diversidade em termos de etnia para as forças militares de Fiji, trazendo elementos como representatividade e os desafios de engajamento no período pós-colonial.

A segunda parte destina-se aos debates sobre transformações no âmbito militar e no âmbito da política, compreendendo os capítulos de 8 a 12. A política, nesta seção, pode ser compreendida de diversas maneiras: desde o aspecto de ordem, modalidade de governo, documento e parte da esfera governamental, respectivamente, resgatando, no capítulo 12, a compreensão de modalidade de governo e de ordem pública aplicadas no caso japonês. O capítulo 8, centrado na problematização da manutenção de um ordenamento autoritário com reflexos na construção da democracia em Fiji e nas ilhas do Pacífico, ilustra a questão da ordem. O capítulo 9 traz o caso tailandês, ilustrando as relações entre as classes médias e os militares ao longo do regime. O capítulo 10 traz um panorama das diferentes políticas de defesa em vigor na África do Sul de 1989 até 2015, ilustrando os impactos para a Força de Defesa Nacional Sul-Africana (SANDF). O capítulo 11, por sua vez, ilustra o papel dos militares na política chinesa, resgatando aspectos históricos desde a revolução cultural e ilustrando pontos estruturais que remanesçam na relação entre os militares e a política.

A terceira parte compreende os debates a respeito de violência civil, operações de paz e intervenções, abrangendo do capítulo 13 ao capítulo 17. Nesta seção, temas como assistência e o papel dos militares e da polícia

neste contexto, o uso da força em operações de intervenção, a contraposição entre militares e alas rebeldes com pano de fundo em clivagens sociais, problematizações a respeito do terrorismo e seu *modus operandi* e o debate entre militares e o papel de polícia são centrais em cada um dos capítulos, respectivamente. O capítulo 13 trata do caso das ilhas Salomão, abordando especificamente o caso da Missão Regional de Assistência (RAMSI). O capítulo 14 vai tratar comparativamente de diversas operações militares da União Europeia empreendidas na República Centro-Africana, no Chade e na República Democrática do Congo, problematizando a questão do uso da força de acordo com os contextos apresentados nestes diversos cenários. O capítulo 15 vai tratar do caso filipino, dando centralidade às discussões sobre insurgência, clivagens sociais e o pano de fundo dos movimentos separatistas no país. Enquanto o capítulo 16 lida com uma discussão sobre terrorismo, tendo por base dados comparativos e a hipótese de diálogo e negociação como mecanismos de desoxigenação de parcelas de grupos vinculados a estas atividades, o capítulo 17 traz reflexões sobre a permeabilidade entre os papéis de militares e de polícia, revelando a importância de ambas as instituições, bem como a necessidade da distinção de suas particularidades.

A quarta e última parte da obra, por sua vez, traz um escopo mais abrangente ao abarcar gênero, sociedade civil e soberania, compreendendo do capítulo 18 ao capítulo 21. Em uma discussão deveras distinta, o capítulo 18 traz reflexões a respeito de violência de gênero, porém elencando a violência dirigida aos homens, enxergados mormente como combatentes e não necessariamente como vítimas da guerra. O capítulo 19, trazendo discussão sobre sociedade, ilustra as mudanças institucionais e o processo de democratização em estados considerados inseguros, ilustrando o caso paquistanês. O capítulo 20 traz uma análise do caso estadunidense após a Guerra no Iraque, especialmente com a ascensão do governo Trump, apontando tanto para um alargamento do conceito de segurança — que consiste em um dos panos de fundo da obra como um todo — quanto para uma maior consciência da sociedade civil a respeito dos outros campos abrangidos neste alargamento. Por fim, o capítulo 21 traz uma discussão sobre a “responsabilidade de proteger” enquanto doutrina, no escopo das intervenções humanitárias, *versus* o conceito de soberania. Tal discussão se dá em torno da Comissão Internacional sobre Intervenção e Soberania Estatal (ICISS).

Em termos gerais, apesar de a obra conter nuances de discussões já presentes no debate das relações civil-militares, sua principal distinção é a extensão deste debate para regiões distintas do globo, brindando o leitor com um exercício de polifonia e polissemia necessários. Ainda que a obra

apresente estas incursões em diferentes estudos de caso de maneira breve e panorâmica, trata-se de um esforço de construção de uma visão comparativa mais diversa, permitindo que novos vetores comparativos emergjam, assim como eventuais ressignificações na compreensão dos fenômenos que compõem as relações civil-militares.

Em síntese, a obra traz como principais contribuições a contemporaneidade das discussões abrangidas no campo das relações civil-militares, tendo como pano de fundo o estado da arte das discussões de segurança internacional, e a diversidade, tanto em termos de eixos de debate quanto em termos geográficos, dados os estudos de caso selecionados, constituindo tanto um formidável ponto de partida do contexto presente quanto uma atualização para os estudiosos e pesquisadores da área.